

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 161.ª Sessão Ordinária

Realizada em 23 de Setembro de 1971 — (5ª-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Arthur de Souza.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisós-tomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Eron-dy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Wilson Brancão e Xenofonte Villanueva (46), achando-se ausente o sr. Deputado Paulo Poli (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.os 105, 106, 107, 108, 109 e 203.71, do senhor Governador do Estado, prestando informações a Requerimentos dos senhores Deputados Herondy Silvério, Nivaldo Krüger, Alvaro Dias, Maurício Fruet, Agnaldo Pereira Lima, Nelson Buffara e Antonio Belinati. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o no 110-71, do Senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido e agradece as honrosas manifestações prestadas à sua pessoa por esta Casa.

Sob o no 3349, do senhor Deputado Jacob Pedro Carolo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comunicando a esta Casa que, em sessão ordinária daquele Legislativo, foi proferido discurso no qual enalteceu o I Encontro Regional de Presidentes de Assembléias Legislativas do

Sul do País, levado a efeito, recentemente, em Camboriú, Estado de Santa Catarina. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 96/71, do senhor Acássio Frare, Diretor da D.E.P.S.A., encaminhando a esta Casa exemplar da "Posição Estatística do Ensino no Município de Telêmaco Borba", cujo trabalho engloba todos os Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal, Estadual e Particular existentes naquele Município. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Eng.º Hallo Ribeiro, Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais da Secretaria de Obras Públicas, congratulando-se com a Presidência desta Casa, pela recente aprovação desta Assembléia, do convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná. — Ao conhecimento do senhor Presidente.

Do senhor Osvaldo Alves de Andrade, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito CONTEC, encaminhando exemplar da Declaração de Porto Alegre, que consubstancia a Carta de Princípios dos Bancários e Securitários, aprovada no X Congresso Nacional dos Bancários e Securitários. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do senhor Deputado Alvaro Dias, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 158_70.

— De autoria do senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 8.71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem na forma regimental, requerer que, após ouvido o Plenário, se consigne na Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Ester Lacerda Pinto, de tradicional família paranaense, ocorrido em data de ontem, esclarecendo que a referida senhora era esposa do ilustre Desembargador Manoel Lacerda Pinto, e mãe do Professor Gaspar Lacerda Pinto.

Outrossim, requer seja dada ciência da deliberação desta Casa à família enlutada, à rua Buenos Aires, 97 — através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Antonio Costa

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Wilson Ribeiro de Souza, DD. Diretor do DER, solicitando a inclusão no plano de Obras do Estado do Paraná, no setor rodoviário, a construção da PR_25, que liga os Municípios de Antonio Olinto — Rio Negro — Pien.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem em vista que face às dificuldades de transporte do interior para a sede daqueles Municípios, as safras agrícolas são desviadas para o vizinho Estado de Santa Catarina, acarretando sérios prejuízos àquelas comunas, notadamente o Município de Rio Negro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

REQUEREM

o encaminhamento, por intermédio da Mesa, de veemente apêlo ao Senhor

Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem executados, com urgência que o caso requer, os serviços de melhoramento e conservação da estrada que liga o Município de Siqueira Campos ao de Salto do Itararé, numa extensão de 29 quilômetros.

Trata-se de rodovia na qual o DER, há já algum tempo, construiu uma ótima ponte de concreto sobre o rio Itararé, ligando o Município de Salto do Itararé ao de Barão de Antonina, em São Paulo, mas que, face ao pessimó estado em que se encontra aquela rodovia, ainda não pode atingir a sua alta finalidade, obrigando os usuários, necessariamente, a um maior trajeto para atingirem o seu destino, com enorme perda de tempo e sérios prejuízos financeiros.

Dai o apêlo consubstanciado neste requerimento que ora submetemos à consideração da Casa.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(aa) Gabriel Manoel — Aginaldo Pereira Lima.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata de um voto de congratulações aos engenheiros Máximo Ivo Domingues e Denisar Zanella Miranda, respectivamente Diretor da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A. e Editor da Revista "Correio dos Ferroviários", o primeiro por proporcionar o retorno da referida publicação e o segundo pelo seu idealismo e trabalho para que isso se tornasse realidade. Outrossim, requer que dêste voto seja dado ciência aos referidos cidadãos, por officio de inteiro teor.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A revista "Correio dos Ferroviários", que agora retorna às atividades, havia tido sua publicação suspensa. Graças ao apoio do engenheiro Máximo Ivo Domingues, Chefe da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A., sistema Sul, e ao incansável trabalho do engenheiro e professor Denisar Zanella Miranda, volta a ser editada. Novamente a família ferroviária do Paraná e Santa Catarina está unida pelo elo amigo que sempre foi o "Correio dos Ferroviários". Lá nos confins do Estado, na ponta dos trilhos, em sua casinha pintada de amarelo, às vezes à luz de uma lanterna, uma mãe sorri ao ver a fotografia de seu primogenito publicada na sua revista. Nessa mesma revista ela toma conhecimento do que vai pelo mundo, aprimora sua cultura e tem distração. Para nós que nascemos dentro de uma estação ferroviária, que somos filho de ferroviário, essa revista nos traz saudades, pois, é mais antiga do que nós, existe desde 1933. Retorna, agora, o "Correio dos Ferroviários", acompanhando o progresso, com melhor impressão e feição; moderna, informativa, cultural, recreativa e técnica. E, por isso, e pelo que ela representa para a grande família ferroviária, nos sentimos a vontade para apresentar este nosso voto de congratulações, voto êsse para o qual pedimos o valioso apoio dos nobres Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que, em nome desta Casa, seja encaminhado apêlo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazú Médica no sentido de que determine a criação, do Instituto de Defesa do Consumidor, nos mesmos moldes da Federal Trade Commission (comércio) dos Estados Unidos, visando estabelecer normas para um comércio honesto no País.

Esse apêlo tem sua razão em virtude das queixas feitas diariamente pe-

os consumidores, pela ausência de um órgão e de sua legislação consequente, que possa policiar o uso abusivo da publicidade sobre determinados produtos colocados à venda, que não correspondem ao que anunciam. E se aprofundar-se em seu estudo, verificar-se-á que a legislação brasileira protege o publicitário, as agências de publicidades (evitando a concorrência desleal), o anunciante. O grande desprotegido é o consumidor.

A única lei existente é uma de 1942, que pune a publicidade fraudulenta de produtos farmacêuticos e alimentícios. A multa vai de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1 000,00. Insignificante e não se descobre um único processo contra negociantes faltosos.

E a pouca lei que existe no Brasil é quase que ineficaz: aqui, estuda-se a intenção do criminoso. Enquanto que nos Estados Unidos, a falta de intenção nunca é atenuante, quando se trata de defender o consumidor.

Nos Estados Unidos, por exemplo, se um fabricante diz que sua camisa dura toda a vida, o simples fato de alguém poder acreditar nisso já caracteriza a fraude.

Outra coisa: o conhecimento ou não da fraude, por parte do empresário, é irrelevante, na legislação norte-americana. Assim, ele não pode alegar diante do Tribunal, que não sabia que seu produto não tinha as qualidades anunciadas. Se diz uma mentira, é responsável por ela.

A medida preconizada é de grande interesse para o consumidor, razão pela qual fazemos este apêlo.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de telegrama ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cirne Lima, Diretoríssimo Ministro da Agricultura, solicitando providências daquela Pasta, no sentido do desencadeamento de campanha de combate ao "Pulgão", que vem infestando as lavouras tritícolas do Oeste paranaense.

A ausência de meios de combate àquela praga está causando sérios prejuízos aos agricultores do Estado, que já se mostram desencorajados em prosseguir na cultura do trigo, apesar dos estímulos governamentais neste sentido.

O Ministério da Agricultura, através de seus órgãos especializados, poderá extirpar essa praga, redundando com isso na maior rentabilidade desse produto.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo do Paraná, pedido de informações consubstanciado nos quesitos seguintes:

1 — Foi assinado Convênio entre GERCA-IBC e o Banco do Estado do Paraná, com objetivo de financiar o plantio de Café no Paraná?

2 — Tal Convênio abrange, para financiamento da cultura do Café, as áreas do Oeste e Sudoeste do Estado?

3 — Em caso de respostas afirmativas às perguntas anteriores, tal financiamento já foi iniciado?

4 — Qual o critério adotado pelos executores do Convênio, para seleção dos beneficiados?

5 — Quais os proprietários de terras já beneficiados com o citado financiamento?

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 204.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Batista Paranaense, com sede em Londrina — Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

O Lar Batista Paranaense, sito na cidade de Londrina — Paraná, é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com seus estatutos devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos do 2.º Ofício, conforme faz prova a fotocópia anexa.

A finalidade do mesmo é das mais nobres e cristã, pois visa a assistência social a crianças de ambos os sexos, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou vinculação política. Os que ali trabalham, são idealistas que nada percebem como Diretores senão o reconhecimento e a gratidão eterna das crianças que no futuro estarão perfeitamente integrados no meio social.

Declara já de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 486.59, de 24 de junho de 1951, do Município sede — justo é que o Estado também assim reconheça, pois que ali são internas crianças de todo o Estado e de outros, que comprovadamente desamparadas, ali reconstroem o apoio moral, material e espiritual que precisam. Atualmente são 51 (cincoenta e uma) crianças que ali encontram abrigo, mantidos tão somente por contribuições financeiras voluntárias de amigos e admiradores do grande trabalho que realiza o Lar. Sem dar o caráter de "Orfanato de desamparados", mais sim o de "Educandário Cristão", o Lar Batista é respeitado, reconhecido e apoiado por todos os que querem ver aquelas crianças orientadas no caminho do bem.

Eis as razões primordiais que entendemos justificam plenamente a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N. 205.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andrada.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leonidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andrada, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(aa) Lázaro Dumont — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

É de imperiosa necessidade para a comunidade de Leonidas Marques a construção da ponte sobre o rio Andrada, na estrada ligando a sede do Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Aliás, com esse objetivo, a Câmara Municipal local aprovou lei (n. 31-69) autorizando a Prefeitura a firmar convênio com o Estado.

Trata-se de região eminentemente agrícola, que tem absoluta necessidade dessa ponte, a fim de poder dar escoamento a toda a sua produção.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência convoca o sr. deputado Domicio Scaramella para assumir a 1.ª Secretaria, para que possa conceder a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

(O Sr. Domicio Scaramella assume a 1.ª Secretaria)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna prende-se à comunicação que a Mesa pretende fazer, para conhecimento dos srs. Deputados, sobre a reunião que deverá se realizar na sede deste Poder Legislativo, nos próximos dias 25 e 26, sábado e domingo. As tais reuniões deverão estar presentes — pois suas presenças já foram confirmadas — inúmeros Deputados integrantes dos Legislativos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Na oportunidade, estará presente também o sr. Deputado Federal Célio Borja, relator do grupo de trabalho encarregado no Congresso Nacional de elaborar um trabalho da reforma administrativa do Poder Legislativo.

Além dos srs. Deputados integrantes da Comissão Especial de reforma do Regimento Interno desta Casa, a Mesa deseja, e é com satisfação que o faz, convidar os srs. Deputados a participarem das reuniões plenárias que haverá de se realizar, com a instalação dos trabalhos previstos para às 9 horas de sábado próximo, dia 25.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná abrirá os trabalhos e do programa constará, inicialmente, a conferência do sr. Deputado Célio Borja para, em seguida, a instalação das Comissões, apresentação das teses, estendendo-se os trabalhos no sábado e no domingo.

Convidados e conclamados os srs. Deputados para participarem dos trabalhos desta Comissão Interparlamentar dos Estados Sulinos, para debaterem aspectos da reforma administrativa dos Legislativos, e dos tópicos ainda divergentes sobre possibilidade de uniformização, dos Regimentos Internos das Casas Legislativas Estaduais.

Era o que tinha para comunicar neste Pequeno Expediente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à Tribuna nesta tarde, no Grande Expediente, para abordar dois assuntos: o primeiro deles, referente à atuação de um homem público paranaense que, pelo seu trabalho, pela sua honradez e pela sua dignidade, muito bem engrandecido este Estado e ao qual o Paraná ficará a dever para sempre, grande parte da sua arrancada desenvolvimentista.

Todos os paranaenses e especialmente os homens públicos sabem que, para o desenvolvimento pleno de uma área e de um Estado, existem condições básicas e dentre estas condições situamos o problema rodoviário, o problema educacional, o problema de saneamento básico. De nada adiantaria a construção de milhares de quilômetros de estradas asfaltadas, educação farta e ao alcance de todos se a comunidade não tivesse, também, ao seu alcance, a possibilidade que a energia elétrica entrega ao povo.

No Estado do Paraná, os paranaenses são os grandes testemunhos de que, de há dez anos para cá, houve um verdadeiro salto rumo ao progresso no setor energético neste Estado. Quantas Usinas construídas, quantas cidades ligadas pelos fios da energia elétrica.

No final do Governo Paulo Pimentel todas as sedes de Municípios no Estado estavam eletrificadas graças ao trabalho, não de um homem, não de um Governo, mas de uma equipe de técnicos que se preocupou mais com o tecnicismo que possibilita a implantação de novas medidas, do que, às vezes, com a simpatia de grupos políticos.

Graças a essa equipe de técnicos, que está situada na Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o Paraná deu um salto rumo ao futuro neste decênio que passou.

Este desenvolvimento iniciou-se no Governo de trabalho do atual Senador Ney Braga e continuou, sem solução de continuidade, no Governo de Paulo Pimentel. Isto tudo se deve a um homem que esteve no Governo de Ney Braga na Presidência da Copel e que permaneceu no Governo de Paulo Pimentel na Presidência da Copel. Refiro-me ao Engenheiro e Professor Pedro Viriato Parigot de Souza que, com seu trabalho com sua lucidez, com a sua honestidade de propósito levou e elevou o Paraná perante os Estados da Federação.

Se venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer estes comentários a respeito da magnífica obra de Pedro Viriato Parigot de Souza, atual Vice-Governador do Estado do Paraná, homem por todos respeitado, homem a quem o Paraná, como disse, muito deve, se venho, nesta tarde, fazer estes comentários é porque tenho em mãos o Plano de Eletrificação Rural da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, da Copel para os próximos anos. Este Plano levará energia elétrica, luz e força não apenas aos Municípios, às cidades sede dos Municípios, mas entrará, efetivamente, na zona rural. Este plano poderá ser executado graças ao trabalho do Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, ainda quando Presidente da Copel, em razão de um Convênio celebrado com o Banco Internacional de Desenvolvimento, Convênio esse assinado em meados do ano passado e que está, desde então, sendo gradativamente executado dentro do Paraná.

Tenho em mãos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o plano da Copel para a eletrificação rural das regiões Noroeste, Oeste e Sudoeste do Estado. Inúmeras localidades destas aqui citadas já viram chegar os postes, os fios e a própria luz elétrica, como é o caso de muitas da minha região, da região que represento neste Poder Legislativo.

Apenas no Sudoeste, para dar um exemplo da grandeza e dos benefícios deste plano, mais de 100 localidades da zona rural receberão até meados de 1972, a energia elétrica, na porta e na rua do consumidor. Desejava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realçar com este pronunciamento, a personalidade, o trabalho ímpar em benefício do Paraná, deste mestre de engenharia, mestre de trabalho, mestre de honradez e paradigma de homem público, que é o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza.

Em segundo lugar, vim à Tribuna para abordar requerimento por mim apresentado na tarde de ontem, e que, a pedido do ilustre Líder da Maioria e da ARENA nesta Casa, Sr. Deputado João Mansur, teve a sua discussão adiada para esta sessão.

O Pedido de Informações que encaminho à consideração da Mesa e à consideração dos eminentes Srs. Deputados, é com relação a um assunto momentoso que já foi abordado nesta Casa, objetivo inclusive de uma Comissão Especial, a requerimento do Deputado Muggiatti Filho, da Bancada do MDB. Trata-se da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, não no seu aspecto material, mas agora no seu aspecto financeiro. E as palavras que aqui vou expender e as considerações que aqui vou fazer, chegaram-me, as informações que aqui vou dar, em caráter particular e me

deixaram, como tenho certeza deixarão a todos os Srs. Deputados e ao paranaense, apreensivos com relação a este problema, e porque apreensivos estávamos ontem e estamos hoje, é que encaminho um Pedido de Informações ao Sr. Governador do Estado do Paraná, para que esta nossa apreensão deixe de existir, ou então, venha a se confirmar e possamos encontrar, todos, responsáveis por este Estado, uma solução para o problema que eu entendo dos mais graves para o Estado do Paraná. Repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as informações me foram trazidas por pessoas vinculadas ao assunto, que me merecem o maior crédito, mas, em caráter particular e porisso desejo que estas informações venham em caráter oficial.

Ocorre que, em Julho de 1970, o Morgan Company First of New York, Banco dos mais conceituados, formando um "pool" de entidades financeiras, através de carta, ofereceu ao Governo do Paraná o financiamento de 40 milhões de dólares. O tempo se passou, findou-se o Governo anterior, as conversações foram entabuladas, esta Assembléia aprovou um convênio para que o Governo do Estado pudesse firmá-lo com autorização legislativa, incluiu neste Convênio uma cláusula que dizia que o Convênio passaria a vigorar após a ratificação e também a ratificação, após a sua assinatura, mas as demarches e providências foram dotadas em 23 de junho de 1971, em Nova York. O Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Dr. Lineu Kluppel, representando o Governo do Estado, e o Prof. Delfim Neto, Ministro da Fazenda, representando o Governo brasileiro, assinaram um convênio, através do qual o Paraná receberá 40 milhões de dólares como financiamento para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Nesta data Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Banco a que me referi, o Banco Morgan de Nova York, depositou na Agência do Banco do Brasil os 40 milhões de dólares, segundo informações que tenho.

Pois bem, desde o instante em que este depósito foi feito, ficando o dinheiro à disposição do Governo do Paraná, o Paraná está pagando uma taxa diária a este Banco, equivalente a 10 mil dólares por dia, segundo informações que tenho, em moeda corrente, nacional, isto significa 55 milhões antigos por dia, desde o dia 23 de junho até a presente data, e o débito, se for verdadeiro, a informação que desejo confirmar, através do pedido de informações, o débito hoje, do Governo do Estado para com o Banco Morgan, em função de um dinheiro que o Governo não viu, porque não terminou os atos administrativos, necessários, para que este recurso ingresse no Brasil em forma de cruzeiros, chega este débito a um total de 800 mil dólares por juros e retenção do dinheiro na agência do Banco do Brasil em Nova York. Estamos portanto, se procedente for, reafirmo a informação que tenho em caráter particular, pagando por um dinheiro que não estamos usando, por um dinheiro que não estamos girando, pagando 10 mil dólares por dia. O que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a informação for correta, a que a mim chegou, com o propósito do Governo do Estado de fazer a remedição da Estrada de Ferro Central do Paraná, remedição esta que está causando os mais sérios comentários nos meios políticos paranaenses, se for procedente esta informação, estamos pagando esta taxa, sem usar o dinheiro que são 55 milhões antigos por dia.

Nós vamos ainda crescer muito mais o nosso débito do Paraná para com o povo. Porque o propósito do Governo do Estado, de fazer a remedição da Estrada de Ferro, está patenteado no Diário Oficial de 27-7-71, foi baixado um edital de concorrência, para que se habilitem à mesma e possam, concluindo, fazer a remedição desta Estrada. Entretanto, até a data de hoje, não ocorreu, não foi feita a concorrência pública, e foi transferido por um novo edital publicado mais tarde, para o dia 13 de outubro de 1971.

Não sei qual o motivo da transferência desta concorrência, não sei porque a concorrência, realmente, não se realizou na data prevista, não sei quais as razões que levaram o Governo do Estado a protelar...

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O

que o nobre Deputado está revelando realmente é espantoso e nós temos certeza de que haveremos de ouvir com a urgência necessária, nesta Casa, inclusive através do eminente Líder do Governo do Estado, a explicação necessária para este assunto, e gostaríamos de acrescentar que realmente os dados fornecidos por V. Exa. com relação a este recurso obtido pelo Governo do Estado, no montante de 40 milhões de dólares, a época em que V. Exa. citou, foi objeto de publicação na Imprensa Nacional e ficou registrado no relatório que encerrou as atividades da Comissão Especial que examinou a obra da Estrada de Ferro Central do Paraná. O aspecto financeiro que V. Exa. focalizou agora, se realmente estiver ocorrendo, já não se trata mais de um simples prejuízo, mas se trataria sim, se verificada essa declaração, um verdadeiro crime lesa pátria.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pedi o aparte apenas para, secundando o nobre Deputado Muggiati Filho, dizer que são verdadeiramente espantosas as notícias que V. Exa. traz ao conhecimento desta Casa. Apenas tive o cuidado, ainda que ligeiramente, de fazer o cálculo sobre a importância a que V. Exa. se refere, e que o Governo do Estado estaria pagando, diariamente, a título de remuneração ao empréstimo concedido pelo Banco Morgan. Na verdade, às taxas usuais, deverá estar pagando exatamente a importância a que V. Exa. se referiu, 10 mil dólares diários.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte esclarecedor e ilustrativo de V. Exa., bem como as palavras de esclarecimentos do Deputado Muggiati Filho. Quero, uma vez mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reafirmar que os dados que aqui trouxe são frutos de informação pessoal que obtive em fontes de informação segura que poderei, se for o caso, se for preciso, citar. Não tenho autorização para fazer uso do nome. Portanto, vem daí o meu Pedido de Informações ao Governo do Estado, que não tem outro objetivo senão poder esclarecer a mim próprio com relação ao problema que aqui levantamos, porque realmente se fôr verdadeira esta informação que recebi, e que trouxe a esta Casa, de que o Governo já está pagando por um dinheiro que não está usando, que não está gerindo, a Estrada de Ferro Central do Paraná parada, inclusive com muitos dos seus serviços sendo perdidos, com muito do dinheiro lá gasto infrutiferamente, se realmente fôr verdade que o Governo está pagando 10 mil dólares por dia, como taxa, multa ou juro a um Banco internacional pelo dinheiro que não está sendo usado, é verdadeiramente assombrosa, sobretudo porque no dia 23 de junho, época em que, segundo as informações, o dinheiro foi depositado na Agência do Banco do Brasil em Nova Iorque; até esta data as providências administrativas ou legislativas já deveriam ter sido tomadas, sobretudo quando 55 milhões de cruzeiros, por dia, dariam para construir inúmeras Salas de Aula dentro deste Estado e nós estamos pagando gratuíta e graciosamente, além do juro normal que provavelmente será pago, conforme estipula o próprio Convênio, cujo texto eu não conheço, confesso e não sei quanto o Governo pagará em termos de juros, após o recebimento deste recurso.

Mas, finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo um apêlo aos companheiros de Bancada da Aliança Renovadora Nacional; a S. Exa. o Deputado João Mansur, para que permita a provação deste Requerimento, para que possamos assim todos nós, nos elucidar a respeito deste problema e elucidar o povo do Paraná, com relação ao dinheiro que é seu, porque através de impostos e através de taxas, o povo é que mantém o Governo, as estruturas administrativas; esta Assembléia e o próprio Estado do Paraná. Portanto, o povo precisa ser esclarecido, com relação à aplicação dos seus recursos.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Quero cumprimentar ao ilustre Deputado Cândido Martins de Oliveira, pela iniciativa que teve, dirigindo este Pedido de Informações ao Governo.

V. Exa. dêsta forma, está correspondendo à confiança que o povo depositou em V. Exa. E nós, Deputados integrantes do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, manifestamos, neste instante, integral apoio ao Requerimento de V. Exa. E, temos certeza que os demais Deputados, integrantes dêste Legislativo, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, não deixarão de aprová-lo também, pois é um Requerimento que tem em vista esclarecimentos da maior importância, ressaltado muito bem por V. Exa. quando argumentava em favor do Requerimento de sua autoria.

Portanto, ilustre Deputado, quero manifestar apoio integral da Bancada do MDB, ao Requerimento de V. Exa. e cumprimentá-lo pela iniciativa que se justifica em toda a linha, colocando-o como colocou V. Exa. em defesa do interesse da coletividade paranaense.

Obrigado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Exa., Deputado Nivaldo Krüger, as palavras elogiosas e de apoio ao meu Requerimento. E deixo a Tribuna, com a esperança de vê-lo aprovado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni e Lázaro Dumont, constante do Expediente.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que estadualiza para fins de melhoria a conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO da C.O.P.T.C. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO da C.I.P. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53-71, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1897, de 6-5-54, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentin Beck. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), ao ancião Sr. Manoel Mauricio residente nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Casa Maternal Evangélica de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Campo Bonito e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.I.P., C.F. e C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 175-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito Judiciário de Campo Bonito, Município de Guaraniagu, para funcionar no ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correção por intermédio da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1970.

a) Dep. Paulo Poli.

J U S T I F I C A T I V A :

A região onde se situa o Distrito de Guaraniagu, tem apresentado um surto desenvolvimentista dos mais elevados. Visando sustentar esse progresso é que tivemos a intenção, ao apresentar o presente plano de lei, de dotar aquele Distrito de uma Escola de grau ginásial, a fim de que a grande pleiade de jovens ali residentes e nas suas proximidades possam continuar os seus estudos, sem a preocupação de se locomoverem a outros centros.

Neste sentido é que solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 175-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniagu, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

P A R E C E R

- 1) A proposição em evidência vem articulada e justificada, em obediência a determinação contida no Regimento Interno.
- 2) Referido projeto não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

- 3) Nestas condições, somos pela sua aprovação, desde que atendido o substitutivo anexo, para melhor satisfazer a norma legislativa. É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Ivo Lesso — Relator

Acy José

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

Odilon Reinhardt

Armando Queiroz

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 175-70

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniacú, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1971.

aa) WILSON BRANDÃO — Presidente

IGO LOSSO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 175-70

I — De autoria do nobre Deputado Paulo Poli, o plano de lei em tela, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito Judiciário de Campo Bonito, no Município de Guaraniacú, para funcionar no ano letivo de 1971.

II — Foi apresentado na Douta Comissão de Constituição e Justiça, substitutivo alterando o artigo 1.º do projeto, na parte referente ao início do funcionamento do Ginásio para o próximo ano letivo, o qual foi aprovado.

III — A justificativa do autor nos convence da necessidade da medida pleiteada, razão pela qual nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) Antônio Lopes Junior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Alvaro Dias

Francisco Escorsin

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 175-70

De alto alcance, quanto ao mérito, a presente proposição que não traz implicações de ordem financeira, por ser meramente autorizativo.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santes Lima — Relator

Paulo Poli

Fuad Nacli

Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ester Lacerda Pinto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., no sentido da inclusão no plano de Obras do Estado do Paraná, no setor rodoviário, a construção da PR-25. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem executados, com urgência, os serviços de melhoramento e conservação da estrada que liga o Município de Siqueira Campos ao de Salto do Itararé, numa extensão de 29 quilômetros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 8-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 158-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Diretor da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.S. e Editor da Revista "Correio dos Ferroviários". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que determine a criação do Instituto de Defesa do Consumidor. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a expedição de telegrama ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido do desencadeamento de campanha ao "Pulgão", que vem infestando as lavouras tritícolas do Oeste paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, pedido de informações. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades com o DETRAN. Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Deputado Sr. Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Propusemos a constituição de uma Comissão de Inquérito para que a Assembléia se inteire do que vem ocorrendo no Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Ali estive, na semana passada, na fila, esperando em tôdas as repartições por onde os papéis tramitam. A meu lado, uma senhora, vinda de Cascavel, já com seu farnel em baixo do braço, conhecendo a situação do DETRAN, pois que era já a segunda vez que se deslocava de Cascavel para tratar de seus interesses no DETRAN. Já havia cansado da primeira vez, já havia voltado à sua cidade natal com as informações de que lá obteria os papéis necessários.

Em Cascavel, obteve novas informações de que seu caso só seria tratado na Capital. E, ali, aquela Senhora manifestava seu desagrado, o desagrado repúdio e a repulsa natural do contribuinte que vê o exercício do seu dever, dever exigido, mas que o Estado dificulta tremendamente. Contribuinte que é açoitado por intermediários, contribuinte que vê sua economia se esvaziar devido as exigências que fazem aqueles que encaminham os papéis no DETRAN.

E quantos encaminham papéis no DETRAN! Centenas de despachantes, de intermediários que atuam cobrando taxas às vezes as mais elevadas, para fazer um serviço que o contribuinte deveria ter facilidade para fazê-lo, não onerando, com mais taxas, aquilo que é de sua obrigação fazer.

Mas, quem entra numa fila do DETRAN, quem não vai ao DETRAN

por cima, levando cartões de pessoas influentes naquele órgão, quem entra na fila, como o povo entra, sente as dificuldades, sente as deficiências. Conversando com os diretores das divisões daquele Departamento, pude sentir os atos desumanos a que o Estado submete funcionários naquele órgão. Alguns funcionários atendendo a um número muito superior de contribuintes, algumas vezes superior ao que tem condições reais de atender. Funcionários levando material de expediente comprado com seus minguados recursos. Funcionários levando máquinas de escrever emprestadas de vizinhos, para poderem desenvolver um trabalho que o Estado tem a obrigação de propiciar, de proporcionar ao público.

Por que será que isso acontece? Será falta de recursos? Não é falta de recursos. Intirei-me disso e também verifiquei que o DETRAN é um dos órgãos que tem uma das maiores receitas. Arrecada o DETRAN, em Curitiba, aproximadamente 200 mil cruzeiros diários, mais de 2 mil veículos se dirigem àquêle Departamento diariamente. O corpo funcional ali existente, Srs. Deputados, é inferior ao corpo funcional existente em 1954, porque de lá para cá o DETRAN aposentou funcionários, morreram funcionários, e esse órgão nunca mais admitiu pessoal para realizar os trabalhos necessários para o atendimento público.

O dispêndio com pessoal naquele órgão é mínimo e os recursos arrecadados vão além de 30 milhões de cruzeiros novos, ou seja, 30 bilhões de cruzeiros antigos. Esse recurso é encaminhado para a Receita Geral do Estado, e aplicado em outros setores, enquanto o órgão se atrofia, o público se exaspera e os funcionários vivem num regime desumano. Não é justo que o Estado assim proceda, não é justo que permaneça esse estado de coisas.

Preocupado com isso, preocupado com esse problema, foi que resolvemos apresentar à apreciação desta Casa este requerimento que propõe a constituição de uma Comissão para ouvir o que têm para dizer os Diretores, os funcionários e o público lá naquele órgão, de forma que o Governo imediatamente tome providências no sentido de que o problema seja resolvido.

Trânsito é um dos setores, talvez o mais importante da vida moderna, não há quem hoje não tenha seu veículo, não há quem, de uma outra forma, não esteja ligado ao trânsito. E os problemas de trânsito se refletem em todos nós, como dizia o Diretor do DETRAN, reflete-se na vida daqueles que andam de automóvel e dos que não andam, porque ao ligar o rádio ou seu aparelho de televisão, ouve-se e assiste-se o noticiário dos desastres pavorosos, onde famílias inteiras parecem, onde crianças são apanhadas pela violência do tráfego. Pela ausência de fiscalização, pela incapacidade que tem o órgão que cuida dêste setor de maneira mais segura vidas estão em risco, a minha, a de Vs. Exas. a minha filha, a de Vs. Exas. e a todos os paranaenses. Quantos desastres estão ocorrendo exatamente neste instante. Quantas vezes nossas famílias ao receberem um telefonema alta hora da noite não vão ao telefone sobressaltadas temendo a notícia trágica que tem ceifado milhares de vidas preciosíssimas à sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sentido e o objetivo de meu Requerimento é exatamente este de dinamizar o setor de trânsito, das condições ideais de desenvolvimento para que possa atender o público, para que aqueles que vão cumprir sua obrigação tenham, ao menos, condições para cumpri-la.

O requerimento está vasado nos seguintes termos:

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Antes de conceder o aparte, gostaria de ler o Requerimento para que V. Exa. se inteire do objetivo que tenho em mente. (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscrive, no uso de suas atribuições regimentais:

CONSIDERANDO:

Que o primeiro dever do Governo é proporcionar condições, ao contribuinte, de cumprir com facilidade as obrigações que lhes se impõe;

Que o DETRAN é um dos principais órgãos do Governo, quer pela importância do trânsito, que pela arrecadação vultosa que aufera, com aproximadamente Cr\$ 200.000,00 mensais;

Que um órgão desta importância deve receber os meios indispensáveis a fim de que seus serviços se desenvolvam dinamicamente;

Que as condições atuais são subprecárias e desumanas em relação ao seu pessoal, que devido à total carência de meios, os sujeita a um regime de trabalho avassalador”;

Não é justo que se exija de um homem de setenta anos, como assistente, que se enquadre no mecanismo de trabalho ágil e eficiente com a idade que tem, despreparado para o exercício dessa função, deslocado que foi da fiscalização de rua para o sistema burocrático. É desumano, é injusto que assim se proceda. Não podemos permitir que continue acontecendo isto no Departamento de Trânsito do Paraná.

(Lendo):

“Que o contribuinte, apesar da boa vontade do escasso corpo funcional disponível, fica sujeito a longas esperas e não se sente correspondido no direito que lhes cabe;

Que as aglomerações constantes vão criando um clima de tensão entre público e funcionários, o que vem prejudicar a ambos;

Que em virtude destas deficiências se desenvolvem ações parasitárias de intermediários que exploram o contribuinte, que prefer pagar mais para não sofrer o desgosto de longas esperas”.

Realmente, o contribuinte, muitas vezes prefere pagar o dobro do que realmente teria que pagar, pagando até uma sub-taxa.

Existem pessoas que exercem este estilo de trabalho. Ao final da tarde, sem serem empregados no DETRAN, vão embora dirigindo automóveis último tipo, enquanto que o funcionário que ali trabalha durante 25 ou 30 trinta anos mal tem sapato para pôr nos pés, mal tem roupa para vestir e se apresentar em condições dignas perante o público. Se duvidarem disso, vão fazer uma visita ao DETRAN, façam como eu fiz, não se valham do poder que tem o Deputado, de abrir portas e apressar processos e façam o que o povo faz, o que o público está sujeito a fazer diariamente. O que eu vi, com meus olhos foi uma senhora em adiantado estado de gestação permanecer o dia todo, com o seu farnel, a espera de atendimento daquele Departamento.

(Lê):

“Que os funcionários sobrecarregados no expediente, levam serviço para casa e que nas repartições do DETRAN, no Interior, processos são atrasados sob a alegação de falta de material”

Alguns contribuintes ainda não receberam as placas dos seus veículos, no Interior do Estado.

Sabem por que? Porque faltavam placas, faltavam impressos, faltava tudo para que os Departamentos, do Interior, pudessem atender o público.

O sentido desta Proposição, Srs. Deputados, é de que colabore, de colaboração com o Governo, de colaboração para com o público é uma Proposição que tem o objetivo de dinamizar o órgão. Não levando aqui suspeitas sobre a honestidade, sou sobre a boa aplicação dos recursos arrecadados; sei e sabemos nós, que os recursos arrecadados pelo DETRAN, estão sendo desviados para outros setores, e que não é justo, enquanto aquele órgão de finanças não ter condições de atendimento ao contribuinte.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, devo dizer a V. Exa. que todos estamos de acordo que

O DETRAN não tem ainda as condições necessárias para melhor atender as partes que daquele órgão necessitam.

Mas veja V. Exa. é necessário que a Casa tome conhecimento das medidas já preconizadas neste Governo e que visam, dentro de um curto espaço de tempo, sanar as deficiências que V. Exa. está apontando no requerimento que faz. Nós poderíamos, primeiro, significar, já está pronto o Projeto e, se Deus quiser e o Governo permitir, neste ano ainda de 1971, serão começadas as obras da sede do DETRAN, na Capital do Estado, visando proporcionar às partes, melhores condições de acesso às diferentes esessões do Trânsito, que, hoje, estão todas elas apinhadas em pequenas salas e com corredores com condições de fluatuação. Também já está equacionado que a Secretaria de Viação e Obras Públicas já tem o Projeto para a construção de sedes de Circunscrição no Interior do Estado. Isto seria mais a parte física, no atendimento.

Está também nesta Casa e eu me permito falar em nome do Sr. Presidente do Legislativo, muito mbora ainda não esteja tramitando, mas, a informação é que já está na Assembléia Legislativa do Estado — permita-me que eu dê a informação — a Mensagem do Executivo, que cria o Fundo de Reequipamento do Detran que vem, este Fundo, com esta Lei, dotar o Trânsito das condições indispensáveis que precisa, na parte administrativa e de funcionalismo, nobre Deputado. O processo já está bem adiantado, o estudo do novo Regulamento do DETRAN, que visa dar nova organização administrativa, e em consequência, abrindo a perspectiva da criação de um quadro de Pessoal no DETRAN, mas condizentes com as necessidades presentes. Hoje, V. Exa. diz bem, o número de funcionários no DETRAN existente hoje, é inferior ao ano de 1962. Como sabe V. Exa., o número de veículos de 62 a 71, tem crescido assustadoramente. O Governo do Estado também, há poucos dias, e o "Diário Oficial" já publicou a regulamentação do exercício da profissão de Despachante Oficial do Paraná. Impõe severas obrigações ao despachante e também impõe penalidades que vão até a perda do cargo, para aqueles que não se ativerem a uma tabela de custas baixada pelo Diretor do DETRAN. São medidas que levam muito tempo na sua execução, infelizmente esta burocracia administrativa não só acontece no Paraná e no Brasil, quero crer, no mundo inteiro, burocracia que causa estranheza, às vezes, até ao próprio administrador. Esta medida, já está sendo tomada, e nós mais que ninguém, porque eu também estive lá no DETRAN empilhando o meu Volkswagen, demorei cinco horas. Quando cheguei no Caixa tive que esperar mais duas horas e meia. É um sacrifício que vê submetido a todos os curitibanos que pretendem cumprir com as suas obrigações.

Mas, neste Governo então, se abrir a possibilidade, que o funcionário vá a uma agência bancária para pagar estas taxas numa agência do centro já é uma medida alentadora para aqueles que devem cumprir a sua obrigação. V. Exa., nobre Deputado, tem realmente razão de reclamar, o trânsito é deficiente, mas o Governo está trabalhando no sentido de que o DETRAN possa ter elementos mais atentos para o bom desenvolvimento do progresso paranaense. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço as informações prestadas pelo nobre Deputado Ivo Tomazoni, principalmente, por S. Exa. estar de acôrdo com o ponto de vista de que o DETRAN realmente não está funcionando. É mais um motivo para aprovarmos esta Comissão de Deputados, para que o ponto final que a Casa de Leis, os Deputados que aqui representam, estão atentos e estão trabalhando no sentido de colaborar cada vez mais com este trabalho.

Queria dizer, antes de conceder o aparte ao Deputado Belinati, que ontem estivemos, a convite do Deputado João Mansur, visitando o sr. Diretor do DETRAN, e vimos confirmadas as nossas afirmações. S. Exa. está lutando, segundo nos informou, para dinamizar o órgão, para organizar o ór-

gão. Creio que o fará, creio também que, como já disse, que uma Comissão de Deputados desta ordem, somente colaborará com S. Exa., demonstrará ao Governo do Estado, ao Secretário da Fazenda, que não tem liberado esforços, no sentido de dar ao Diretor do DETRAN, os meios que necessita, para realizar a obra que S. Exa. tem em mente.

Acredito que este homem fará uma magnífica administração, se nós puermos em suas mãos os recursos a que tem direito.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, a situação é muito séria. Estivemos no Trânsito e encontramos lá muito boa vontade, desde o mais humilde funcionário até o arquiteto Marcos Prado. Mas o que está ocorrendo, é a escassez da mão de obra, poucos funcionários para mais de 80 mil, somente na Capital. E no instante em que V. Exa., como Líder da nossa Bancada, como também representante de uma grande parcela do povo paranaense, trazendo aqui problemas sérios na deficiência do trânsito, gostaria, aproveitando o ensejo, Sr. Deputado, reconhecendo o esforço dos integrantes do DETRAN, pedir para que também seja providenciado uma remessa maior de sinalização para as ruas de Curitiba. Nós vimos o caso da Rua Mateus Leme, entre São Francisco e 13 de Maio, o nosso carro foi colhido naquela rua, anteontem, e ontem chegamos ao mesmo local e soubemos que havíamos cometido a infração de não estacionarmos bem o carro. Ontem, chegamos quase fazendo o teste da balisa no estacionamento do nosso carro. Lá voltando encontramos uma nova multa do nosso carro. Inconformados, fomos procurar guarda e apenas encontramos um bilhete que nos comunicava que alguém da Diretoria do Detran havia colocado em nosso carro o bilhete, com os seguintes dizeres: "A fim de que o Detran possa dar continuidade no seu serviço de atendimento ao tráfego, queremos crer que o Sr. Também se interessa pelo assunto". Deve ser alguém da Diretoria do Detran, porque tomamos o cuidado, antes que esta pessoa colocasse o bilhete desta ordem, nós já havíamos nos prontificado a levar para Londrina cartazes alusivos à Semana do Trânsito, após contato que mantivemos com a Diretoria do Detran no Paraná. Se houve alguém que duvide, no local do nosso carro, não havia placa dizendo que era proibido estacionamento na Mateus Leme entre São Francisco e 13 de Maio. Alguém do Trânsito, para multar um carro, primeiro precisa ver se ali é ou não permitido estacionamento e para isso é necessário, Sr. Presidente, que os motoristas possuam uma bola de cristal e consultar os astros, se ali pode estacionar ou não. Neste trecho de Curitiba, onde carros são guinchados, são multados até pelo simples prazer dos que possuem o guincho, não sabemos se levam comissão para guinchamento de carros, compreendemos a utilidade do trânsito, mas o que não podemos compreender é uma arbitrariedade que está sendo praticada como esta, e principalmente numa rua central como a Mateus Leme. Sempre colaboramos, nunca discutimos qualquer reclamação pelo fato de estarmos sendo multados, mas se estivermos errado pagaremos a multa, mas o trânsito tem que olhar pelas ruas... (É interrompido).

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu entendo, com a boa vontade mostrada nesta parte e com a audiência ontem do Sr. Diretor do Trânsito, onde ele, com o coração aberto, colocou à disposição de V. Exa., dando todas as explicações necessárias, inclusive não escondendo as deficiências daquele serviço e indo além, apelando a V. Exa. como Líder da Bancada do MDB, no sentido de que desse apoio a esta Mensagem, que tramita nesta Casa a fim de dar melhores condições, a fim de que o serviço possa realmente atender às necessidades do povo do Paraná, razão porque entendo, nobre Deputado, que depois daquele esclarecimento, depois da maneira com que fomos recebidos ontem pelo Diretor do Trânsito, V. Exa. houvesse por bem retirar este seu pedido de Comissão

de Inquerito, que no meu entender, em nada ajudará; porque todas aquelas deficiências, V. Exa. tomou conhecimento, do próprio Diretor do Trânsito.

Então, este meu aparte, deputado Nivaldo Krüger, era no sentido de que V. Exa. reexaminasse a sua posição e que até mesmo, em respeito a nossa boa vontade, retirasse o seu Requerimento. Porque V. Exa. no meu entendimento, pôde sentir ontem, de que providências estão sendo tomadas. V. Exa. cumpriu já com o seu dever de homem público, de representante do povo, fazendo este movimento.

Mas, o que eu não entendo, nobre Deputado, é que o seu Requerimento apesar da sua boa intenção, em nada adiantará, em nada beneficiará as providências que estão sendo tomadas. O que é necessário, é que esta Casa vote, dentro do prazo de tempo o mais breve possível, esta Mensagem que já se encontra na Assembléia Legislativa, a fim de que se dê àquêle organismo, essa condição tão necessária para dar atendimento ao público paranaense.

Era o apêlo que eu fazia a V. Exa. neste instante.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Realmente, nobre Deputado João Mansur, como eu já havia dito, as informações que nos foram prestadas ontem pelo Diretor do Trânsito; o trabalho de V. Exa. de nos acompanhar até lá, no sentido de colaborar com o Governo que V. Exa. representa nesta Casa, tudo isto, enfim, ilustre Deputado João Mansur, vem colimar com o objetivo que eu tenho em manter, o meu ponto de vista favorável a constituição desta Comissão. Não tem ela nenhum intuito pejorativo; não tem ela nenhum intuito de dificultar qualquer coisa; pelo contrário; terão os integrantes desta Comissão, um trabalho extra, de assessoramento e de ajuda ao Diretor do Trânsito, no sentido de que recursos sejam carreados prontamente para aquêle órgão, através, quem sabe, de um crédito especial ou de uma suplementação de recursos, para que aquêle Diretor contrate pessoal, imediatamente; contrate pessoal, para que possa o órgão, atender o público.

Realmente, Deputado João Mansur, V. Exa. está desenvolvendo um trabalho magnífico para o Governo, nesta Casa. O Governo há de ser grato a V. Exa., tal o esforço que V. Exa. emprega, no sentido de dar dinâmica ao processo legislativo aqui na Assembléia do Paraná; no sentido de quebrar arestas. Mas, peço a V. Exa., ilustre Líder do Governo, que não leve como uma desconsideração a V. Exa., pois a questão não é pessoal; a questão é de interesse público. Ao manter o meu ponto de vista pela Constituição desta Comissão, tenho unicamente como objetivo, já disse e repito, aqui outra vez, a dinamização do órgão; oferecer recursos ao órgão; sentir os problemas.

Fui informado, realmente, como foi V. Exa. e como tantos outros que para lá se dirigem. Mas, veja V. Exa. a situação em que fica um Deputado que propõe a constituição de uma Comissão e que depois de se entrevistar com o Diretor do órgão, retira a sua proposição.

Fica numa situação muito difícil de ser explicada. E o que pretendo com isto, dentro da maior sinceridade, dentro do maior espírito de colaboração e espírito público, é ajudar o Trânsito.

Quem ouve meu pronunciamento aqui há de perguntar: "Mas aquêle é mesmo o Líder da Oposição na Assembléia? Até duvido que seja porque está procurando colaborar com o Governo, procurando dar meios ao Governo". A esta pergunta eu respondo aquêles que a formulam de si para consigo mesmo. "Também é função da Oposição ajudar o Governo, colaborar com o Governo e como se trata de coisa pública, vamos tratar e ajudar. Vamos lá numa Comissão obter informações e informar o público que têm este direito. Ele paga impostos e tem o direito de saber para onde vai seu dinheiro e como vai ser aplicado".

Quero dizer, nobre Deputado João Mansur, que fiquei satisfeito com o cavalheirismo do Diretor do Trânsito, com sua lhanza no trato e quero dizer também da maneira como V. Exa. tem tratado nossa Bancada nesta

Casa, como se esforça para colocar o Governo bem perante o público e perante a Bancada da Oposição. Reconheço isto, mas não posso abrir mão de meu ponto de vista e espero que não leve como desconsideração a V. Exa., que é um dos que merecem a melhor consideração e admiração como homem probo, respeitável e respeitado no Paraná e não só na Bancada de V. Exa. como na da Oposição.

Faço um apêlo ao nobre Deputado para olhar com isenção este problema. Não se encontra aqui intenção escondida, intenção de se criar casos, intenção de dificultar.

Vejam que há aqui, nesta proposição até alguma ingenuidade de um homem de Oposição que também quer colaborar com o Governo, que quer ver um órgão mais dinâmico.

Para nós até é bom que um órgão do Governo, olhando politicamente, não funcione, porque dá argumento à Oposição. Mas queremos fazer a oposição a que nós propusemos, oposição construtiva, edificante e me proponho hoje a levar recursos ao DETRAN e creio que todos os Deputados estão de acordo com este ponto de vista.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência já solicitou na sessão anterior, ao nobre Deputado Nivaldo Krüger, que atenda ao Artigo 19 da Constituição do Estado, combinado com Artigo do Regimento Interno que estabelece que pedidos de criação de C.P.I. devem especificar prazo certo de funcionamento e número determinado de componentes do órgão a ser constituído.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem) Sr. Presidente, realmente, eu, pelo fato de responder aos apartes, que me foram dirigidos, deixei de complementar meu requerimento. Mas, o faço imediatamente, propondo que a Comissão seja constituída por quatro membros, com a participação de um ou dois membros, do MDB e outro tanto da ARENA, e que a duração da referida Comissão seja de quinze dias.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra para encaminhar a votação.
Sr. Presidente, srs. Deputados.

O requerimento de autoria do nobre Deputado Nivaldo Krüger, pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades e deficiências do DETRAN de nosso Estado, de data de 16 de setembro de 1971, quando nós pedimos a discussão do requerimento e, em seguida, nós propusemos, em compartilha do nobre Deputado Nivaldo Krüger, numa audiência com o Diretor daquele Departamento, a fim de que o Líder da Oposição nesta Casa, pudesse, com mais objetivo, ouvir do próprio dr. Marcos Prado aquilo que se passa naquele Departamento.

E lá, ontem estivemos, inclusive, e por uma coincidência também se encontravam, os nobres deputado Fuad Nacli e Gilberto Carvalho, que assistiram a uma mesa redonda, podendo o Diretor daquele Departamento prestar todos os esclarecimentos necessários, confessando, e não escondendo, as deficiências porque passa aquele órgão; apelando, inclusive, ao Deputado Nivaldo Krüger, Líder da Bancada da Oposição, que desse apoio à Mensagem que se encontra nesta Casa. Mensagem essa que, tenho certeza, irá propiciar meios e condições para que aquele órgão possa cumprir suas finalidades e atender o público paranaense.

Com a maior boa vontade, e entendendo, única e exclusivamente, que assim prestando um serviço ao nosso Estado, o sr. Diretor do DETRAN nos prestou aqueles esclarecimentos.

Porque, como disse, em aparte, não entendo como um requerimento des-

se venha trazer qualquer benefício. Muito pelo contrário, uma Comissão dessa ordem apenas irá tumultuar mais ainda as deficiências do DETRAN.

Diz o nobre Deputado Nivaldo Krüger, que o requerimento que merece toda consideração, e em hipótese alguma poderia retirar o requerimento, porque poderia parecer, perante a opinião pública de nosso Estado, um repúdio de sua parte. Mas, meu Deus! se S. Exa. já atingiu, por outros meios, e mais práticos, seus objetivos, não vejo razão porque não pudesse retirar esse seu requerimento.

Diz ainda o nobre Deputado que não encarássemos esta sua decisão como uma desconsideração de sua parte à nossa pessoa. E nós aceitamos perfeitamente. Mas, somos levados a acreditar que o nobre Deputado Nivaldo Krüger estivesse apresentando esse requerimento em represália a um ato do DETRAN. Porque, se não vejamos, srs. Deputados, no dia 15 de setembro de 1971 por uma dessas coincidências a que todos nós estamos sujeitos, todos aqueles que são portadores de veículos, o nobre Deputado Nivaldo Krüger teve seu veículo apreendido por estar estacionado em lugar irregular e proibido e por não portar documentos de espécie nenhuma. Já no dia 16 de setembro, o nobre Deputado Nivaldo Krüger entra com o pedido da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós, então, dado o apêlo dada a boa vontade por nós demonstrada, só poderemos acreditar que a intenção do nobre Deputado Nivaldo Krüger é de represália, àquela órgão, e não de contestação nessa minha afirmação, porque possuo aqui declaração firmada pelo próprio Deputado reconhecendo que se encontrava em lugar irregular e não portando documento de espécie alguma.

Razão porque, nós que temos aprovado muitos requerimentos da Oposição, iremos rejeitar este seu pedido, baseados no que acabei de explicar aos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não era nossa intenção voltar à Tribuna, mas como na oportunidade de encaminhamento de votação não se pode dirigir a partes ao orador que está na Tribuna, e havendo sido levantada aqui uma suspeição em relação ao meu comportamento, retorno à Tribuna para, mais uma vez, reafirmar o que já havia dito antes.

A minha atitude, ao propor a constituição dessa Comissão, não era, como de fato não é, uma atitude pessoal. Muito menos uma atitude de represália, porque se fôsse de represália, teria proposto em outros termos e nem há por que haver represália; muito pelo contrário, disse há poucos instantes e todos os Deputados ouviram, que fui muito bem atendido no trânsito, encontrei ali boa vontade, fui para a fila, porque devia ir, como todos vão, não sou melhor do que os outros, não tenho o privilégio da convivência fácil com órgãos do Governo.

Recebi um convite do ilustre Deputado e o acompanhei. Seria uma descortesia minha não proceder dessa forma. Seria um absurdo negar-me ao diálogo. Fui e dialoguei e ouvi do Diretor do Departamento de Trânsito aquilo que suspeitava. Deficiência de meios.

Proponho uma Comissão exatamente para isso, para reafirmar, confirmar e exigir do Governador, liberação de recursos imediatamente, porque aquele órgão não pode continuar assim. Que represália essa, Srs. Deputados, que colabora! Que represália aquela que propõe dar meios! Que represália aquela que propõe dar recursos e ajudar! Assim fôssem todas as represálias. Há um equívoco muito grande nessa colocação feita pelo líder do Governo. Não sou homem de represália. Não sou e nunca fui homem de trazer problemas pessoais para a Tribuna ou me valer da posição em que me encontro para dali tirar proveito, jamais.

Já que o assunto foi ventilado, estêve o meu veículo preso no Detran. Minha esposa, por um descuido, muito próprio das mulheres, esqueceu sua bolsa numa loja — bolsa de Deputado, felizmente, tem pouco dinheiro — bolsa essa que não foi encontrada, apesar disto, no dia. Dois dias depois foi a bolsa encontrada e devolvida. O veículo, que estava sendo dirigido por minha esposa, foi preso e conduzido ao Detran. Solicitei aquela Departamento, através de requerimento, sua liberação. No dia seguinte paguei a estadia do veículo, porque uma vez preso e conduzido ao Detran, por estar em lugar proibido, teria que pagar a estadia. Minha Senhora vem do Interior, de Guarapuava, lá estaciona-se em qualquer parte, não existe estas exigências de cidade maior. Não iria fazer uma represália pela simplicidade de minha esposa, coitada, ficou desesperada. Pensou ela que uma vez preso o veículo, o marido Deputado também poderia ser preso. Perguntou-me ela: Não vai dar cassação de mandato? Quem sabe até isto pudesse ocorrer, porque faz-se cassação de mandato por tão pouca coisa e às vezes não se sabe porque, não é verdade? Paguei cinquenta e dois cruzeiros, não é nada, é uma importância relativamente pequena, mas este dinheiro vai para onde? Para que fim? Não sabemos.

O meu objetivo é exatamente este, quando amanhã as esposas de Vs. Exas., dos funcionários estacionarem lá, ou derem aquela "barberada" normal que se dá às vezes e for necessário pagar alguma quantia, pagar multa, que esta multa venha beneficiar o público, colocando-se sinalização onde não existe. Por exemplo, na estrada do Sudoeste, em determinada curva, já houve mais de dezessete acidentes fatais e não tem uma placa. Com a constituição desta Comissão, quem sabe, não pouparíamos tantas vidas; colocando placas de sinalização estaríamos orientando o público.

Esta a minha intenção. Será que há condições de dúvida sobre esta intenção tão sadia e sincera. Não é meu desejo tumultuar nada. Esta Comissão irá ao Trânsito como fui ontem, falar com o Diretor como homens educados e civilizados que somos. O Diretor do Trânsito disse-me: "Como é difícil arrancar dinheiro da Fazenda". Iremos, após ouvi-lo, se necessário ao Secretário da Fazenda, porque não é justo o que está se fazendo com o Detran. Está se tirando dinheiro do público através do Detran e desviando para outros setores. Não é justo, não. É isto que iremos fazer.

Entretanto, fica cumprida minha obrigação. Penso que terei o apoio, tenho quase certeza, da maioria dos Srs. Deputados. Duvido que votem contra uma proposição desta ordem e que permitam que esses recursos continuem sendo desviados.

Disse muito bem o Deputado Ivo Tomazoni: a burocracia é total. Estou, mais uma vez, de acordo com S. Exa. Vamos acabar com esta burocracia, vamos à Secretaria da Fazenda dizer que liberem recursos para o Detran.

Este o objetivo da minha proposição. Muito obrigado e faço um apêlo ao Deputado João Mansur que reconsidere sua opinião a respeito de minhas intenções. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Wilson Brandão).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ALVARO DIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Mais um Pedido de Informações é formulado neste Legislativo, a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, em relação a coisas da administração pública. É o Pedido de Informações, como Pedido de CPI, um instru-

nento legal que tem a Oposição, para exercer a fiscalização necessária, imprescindível e altamente benéfica ao Estado, em todas as circunstâncias, em todas as áreas, em todos os campos da administração. A Oposição exerce, sem dúvida alguma, um papel importantíssimo no regime democrático, este papel de fiscalizar, sobretudo quando a Oposição se sente numericamente inferiorizada e, em razão dessa inferioridade numérica em dificuldade tremenda para exercer o seu papel, para dar cumprimento às suas obrigações e às suas altas responsabilidades assumidas com o povo, nesta Casa.

Temos visto inúmeros requerimentos pedindo informações, pedindo a formação de CPI, como esse que apreciamos anteriormente, não encontram o apoio da Bancada governista nesta Casa, mas tenho certeza absoluta que esse requerimento, em virtude da importância que carrega em seu bojo, em virtude das altas responsabilidades do Governo do Estado em tão palpitante assunto, a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, temos certeza absoluta que este requerimento terá o apoio da Bancada governista nesta Casa, porque na verdade nós não podemos nos conformar em servir apenas neste Legislativo, no carimbo de chancela de todas as decisões governistas, quer estejam elas certas ou erradas.

Não podemos nos conformar em apenas vir a esta Casa para aprovar Projeto de Lei criando escolas no Estado, para que o Governador do Estado nos vete e para que depois esta Casa, novamente, possa concordar com o Veto de S. Exa. o sr. Chefe do Poder Executivo. Não podemos nos conformar em aqui vir apenas para aprovar requerimentos de aplausos, de voto de louvor, de votos de congratulações, para aprovar projetos, concedendo títulos de Cidadania Honorária. Não podemos vir aqui apenas para enganar o povo do Paraná, demonstrando falsamente, que aqui se exerce um papel de grande importância para os destinos do Estado, e do País. Aqui estamos também para assumir com coragem as nossas reais responsabilidades, e aqui está uma oportunidade. Temos certeza, desnecessário se faz, fazer neste instante, porque a compreensão do líder da ARENA deverá ser demonstrada neste instante, ao fazer com que a Bancada que lidera, aprove este requerimento, solicite informações ao sr. Chefe do Executivo. Não vemos nele ofensa alguma, não vemos, nas entrelinhas, insinuações de qualquer espécie, ele parte de um Deputado arenista, que tem a finalidade, apenas, de esclarecer fatos. Para que não parem dúvidas na opinião pública em relação às intenções do Governo do Estado na construção desta estrada iniciada no Governo passado, paralisada no seu final, e como isto necessário se faz dizer, exigindo a sua complementação para se evitar danos maiores e prejuízos ainda mais extraordinários do que aqueles já acarretados com a sua paralisação até o presente instante. E o apelo que fazia, embora, já tenhamos dito desnecessário se faz, na aprovação deste requerimento de pedido de informações, fazê-lo se estender também a outros requerimentos desta natureza que serão apresentados, temos certeza, no correr dos dias no correr dos anos do atual Governo e de outros governos que sucederão ao atual. Porque é uma necessidade, é uma obrigação, do legislador, dar validade a esta reivindicação da Oposição, para que o Governo possa prestar informações, não só a esta Casa, mas ao povo do Paraná. E para que esta Casa num futuro, não apenas neste Governo, mas em outros governos, também não posso ser taxado de conivente com os atos errôneos, com as falhas lamentáveis e consequências desastrosas para o Estado. Porque quem se cala, consente, porque senão existir no futuro um outro Governo, também esta Casa não poderá dar validade, não poderá indicar pelo menos silenciosa, sem procurar o esclarecimento e as providências.

O Sr. Presidente, srs. Deputados, encerramos nosso pronunciamento, porque já fomos informados que é a intensão da Liderança da Bancada da ARENA dar o apoio necessário para que S. Exa. o sr. Governador possa prestar as informações solicitadas. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nestes dez minutos cabíveis para o encaminhamento de votação, procurarei, em síntese, dizer o que penso sobre esta Estrada de Ferro Ponta Grossa-Apucarana.

Sempre fui contra esta estrada que representa prejuízo para o Paraná, porque o Governo Federal irá ressarcir as despesas que o Estado fizer. É realmente uma verdade. Mas se a União, se a República, se o País entende que esta estrada é realmente necessária para um grande plano de ferrovias federais, éle que faça a estrada, se esta estrada implica em problemas de segurança nacional, cabe ao Governo da República fazer esta estrada. Se enfim, ela está implantada num grande plano, cabe ao Governo Federal executar e assumir os encargos financeiros; éle que traga aqui a sua técnica, a sua responsabilidade e que se responsabilize por ela. Porque o Paraná, eu lhes afirmo, irá ficar com as suas finanças arruinadas, estracalhadas, totalmente prejudicado, porque só depois da estrada pronta é que irão ser feitas demarches para que receba aquilo que o Estado terá empregado na execução da ferrovia.

A grande salvação d'este Governo; a grande medida que éle deverá tomar, é entregar imediatamente, já agora, enquanto é tempo, esta ferrovia, ao Governo Federal. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, eminente Deputado da nossa Bancada, pretende, através desse Requerimento, obter do Governo do Estado informações que vêm consubstanciadas em diversos itens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema da Estrada de Ferro Central do Paraná, se de um lado vem empolgando a opinião do nosso Estado, nós também devemos reconhecer que de outro lado, vem, até certo ponto, prejudicando os homens responsáveis pelos destinos d'este Estado. Estrada esta que se arrasta por mais de 30 anos; e eu não queria entrar no mérito da conveniência ou da inconveniência da sua construção.

A verdade é que é uma obra que aí se encontra paralisada, sofrendo os efeitos do tempo, onde milhões e milhões de cruzeiros foram aplicados e outros tantos são necessários para a sua conclusão.

Quer o Deputado Cândido Martins de Oliveira, no cumprimento de seu dever e como homem representante do povo, colher subsídios sobre o andamento das negociações do empréstimo, do último empréstimo aprovado por esta Casa e o andamento das obras da Central do Paraná. Os Srs. Deputados representantes do povo, tem a obrigação de esclarecer a opinião pública de tudo aquilo que se passa na administração de nosso Estado, mormente em assunto de tamanha importância, como é a construção da Central do Paraná. E entendo que é necessário, para o nosso conhecimento e para o conhecimento do povo paranaense, que o Governo dê estes esclarecimentos, a fim de que se desvende este mistério que vem se enrolando por muitos e muitos anos e para que alguém assuma a responsabilidade pela construção desta estrada.

É preciso que o Governo responda os quesitos aqui formulados pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, que diga a esta Casa em que condições o atual Governo recebeu esta obra, para que possamos ver a responsabilidade também de Governos anteriores numa obra que, como já disse, de início, se arrasta por mais de trinta anos no Paraná. Que diga se há projeto final de engenharia para a conclusão de uma obra de tamanha envergadura e se foi cumprido convênio com o Ministério de Transportes. Enfim, os esclarecimentos necessários para que tomemos conhecimento da

realidade da construção da Central do Paraná. Realmente, já aprovamos dois empréstimos e, segundo notícias que circulam por aí, este montante não será o suficiente para a construção desta estrada. Precisamos saber se a liberação daquelas verbas obedeceu os quesitos legais, se foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Porque, esta é a nossa obrigação e o nosso dever, e se nós tomamos conhecimento de todas essas informações, devemos transmitir ao povo paranaense que também vem, com o seu suor e sacrifício, ajudando a construção não só desta estrada, mas a grandeza de nosso Estado e, de resto, do Brasil inteiro.

Esta Casa já houve por bem, e através de um requerimento que se não me falha a memória — de autoria do nobre Deputado Muggiati Filho, aprovar a constituição de uma Comissão Especial, para apurar, para verificar, "in loco", o andamento daquelas obras. E essa Comissão aprovada apresentou um relatório das conclusões daquilo que puderam ver.

Daí, vejam, Srs. Deputados, a importância que esta Casa tem dado a esta obra. E, agora, o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira que vem, através de um requerimento, pedir novos esclarecimentos, pedir novas informações, a fim de que esta Casa se capacite, a fim de que esta Casa possa, realmente, saber do andamento dessa obra que servirá para escoamento da produção do Norte do Paraná.

De modo que, Srs. Deputados, contrariando a expectativa de muitos, e até mesmo o desejo de outros, a Bancada votará favoravelmente ao requerimento, a fim de que a Casa tenha, de uma vez para sempre, informações concretas para que possamos, aqui desta Tribuna, transmitir ao povo do Paraná aquilo que se passa com relação à construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. WILSON BRANDÃO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estranhemos, hoje, a posição do Deputado Armandi Queiroz e da Liderança de nossa Bancada. Contudo, talvez pelo idealismo que mantemos, na virgindade que viemos para a vida pública, e na certeza que temos os ideais proclamados pelo atual Governo, que é um Governo de honra, e com grande satisfação menciono seu nome: Haroldo Leon Peres.

Vou votar contra o requerimento. E peço à minha Bancada, aos homens da Aliança Renovadora Nacional, que demos um crédito de confiança ao atual Governo que, se mandou a Mensagem, ele assumiu a sua responsabilidade perante a Revolução, perante o povo, perante o seu Estado e perante o Brasil. Iremos consultar o nosso Governo sobre aquilo. Efetivamente, nós não podemos assim, num momento de ímpeto, aprovar um requerimento de autoria do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, que merece de nós todo o respeito e admiração, mas que se caracteriza como um Deputado do Partido do Governo, que tem a finalidade de o combater.

Assim, conclamamos aos nobres Deputados da ARENA que por hoje ainda, tenhamos a coragem de dar um voto de crédito a um Governo que há poucos meses se instalou em nosso Estado. Acredito que esta é a melhor maneira de demonstrarmos a pujança de nosso Partido e a fortaleza da Maioria desta Casa.

São estas as pequenas palavras que emocionado e surpreso eu pronunciei. Sou um homem que vim aqui, já disse, e jamais receberei e pleitearei do Governo um cartório para meu parente ou para mim. Jamais pleitearei emprego na vida pública e quando daqui sair, irei para as bancas de advogado e por esta razão, na minha concepção de político, na minha concepção de homem de Partido, faço um apelo à nossa Bancada, para que vote contra esse requerimento, até provas em contrário. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Aos Deputados desta Legislatura cabe a apreciação de uma obra em andamento, de uma obra de vulto, cuja lei fundamental é elaboração da legislatura anterior. Realmente, como disse o nobre Líder da Maioria desta Casa, Deputado João Mansur, funcionou aqui uma Comissão Especial de verificação e indicação de providências relativas às obras da estrada de Ferro Central do Paraná, cujo relatório final de 24 de agosto de 1971, foi aprovado por esta Casa em data de 26 ou 27 de agosto de 1971. Nós não pretendemos defender essa obra na sua realização. Defendemo-la como a encontramos, porque o dinheiro aplicado nesta obra pelo Estado do Paraná e o que haverá de ser aplicado terá o ressarcimento da União.

Não só por isto, acreditamos, que o Governo do Estado se lançou, como que, a quebrar um tabu de longa data existente. Lembro-me que de 1946 a 1947 já se falava na Estrada de Ferro Central do Paraná e conserva, se não me engano, esta denominação do primeiro Governo do sr. Moysés Lupion. O Governo passado, pondo mãos à obra, teve a fundamentar a Lei Estadual 6.134/70.

Esta obra nos preocupa sob este aspecto. Se o Governo lançou-se a ela, o fez depois de convenientemente ajustado com o Governo Federal o seu ressarcimento, e nem poderia ser de outra forma.

Mas, no tocante às responsabilidades, para que não fiquem sobrepaillando dúvidas, a Comissão Especial, através dos Relatórios que examinou, constatou que a paralisação dessa obra se deu pelo fato de terem "se esgotados os recursos financeiros, de vez que, embora autorizado pela Assembléia Legislativa do Estado, pelo Senado da República, pelo Banco Central do Brasil, pelo Ministério dos Transportes e pelo Ministério da Fazenda, o aditivo contratual esbarrou no douto parecer do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que assim concluiu:

Quanto à capacidade financeira para liquidação da dívida, vemos às fls. 19 que não comporta o atual orçamento do DNEF a inclusão deste novo compromisso, pelo que deverá ser criado um CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA FAZER FACE AOS ENCARGOS DECORRENTES DA REFORMULAÇÃO DO ACORDO ENTRE O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E O GOVERNO DO PARANÁ COM VISTAS A INCLUSÃO NESTE DO VALOR ORA PRETENDIDO DE US\$40.000.000,00. Somos assim pela concessão do AVAL observada a ressalva do período anterior".

Há poucos dias, fiquei de trazer esta notícia à Casa. S. Exa. o sr. Presidente da República, autorizou o Aval. Acredito que tenha sido este o último ato necessário ao levantamento do dinheiro.

Mas, o Governo do Estado, com as responsabilidades que cercam, principalmente, a chefia do Poder Executivo, na Mensagem que esta Casa aprovou, disse bem claro:

(Lê): "O Governo do Estado teria que contar com os recursos indispensáveis ao prosseguimento da obra. Pelo recente Convênio, o Governo Federal indenizará ao Governo do Estado, como ressarcimento e, na ordem prevista, as seguintes parcelas: empréstimo de 24 milhões de dólares, conforme convênio firmado em 28 de outubro de 1968, entre a União e o Paraná; empréstimo de 40 milhões de dólares ora tomado para a conclusão da obra, e a parcela de 100 milhões de cruzeiros que o Governo Estadual se obrigou a consignar no Orçamento, para os investimentos previstos na obra".)

Quer nos parecer, com relação àquele assunto, que foge um pouco da Matéria que está sendo votada, mas, para que fique bem claro — este é o

nosso ponto de vista, quer nos parecer, data vênica do respeito que sempre nos mereceram as conclusões do nobre Deputado Armando Queiroz — que o Governo do Estado veio com a sua Mensagem estribada em fatos que nós da Comissão Especial, constatamos dentro da própria Comissão, os trabalhos de levantamentos feitos, os programas para a conclusão da obra, consistentes no final deste relatório, as suas necessidades financeiras e o interesse do Governo que, em resumo, é o interesse do povo, porque há inegável interesse econômico — é um ponto de vista pessoal nesta estrada cuja conclusão, nós, que a vemos com mais otimismo, podemos afirmar que, segundo nos disse o dr. Armando Robert, os trens, por aquela ferrovia, poderão alcançar a velocidade de 80 quilômetros horários.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra o nobre Deputado, que só dispõe de um minuto para concluir.

O SR. MUGGIATTI FILHO — E assim sendo, ela virá desafogar o tráfego da Estrada do Café, onde diariamente três ou quatro acidentes ocorrem pelo excesso de tráfego, e que estão causando as mortes a centenas de pessoas, anualmente.

Em conclusão, o Pedido de Informações não é nenhum demérito ao Governo do Estado. Disse muito bem Sua Excelência o Líder da Bancada do Governo nesta Casa, o Pedido de Informações será um esclarecimento que virá pacificar principalmente a opinião pública, que esta Casa tem a honra de representar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido de Oliveira.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. PRESIDENTE — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, requeria a V. Exa. que a votação fosse feita nominalmente, e solicitaria de V. Exa. que fizesse soar os sinos, a fim de que os Srs. Deputados tomassem conhecimento da votação.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur. — **APROVADO.**

Esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido de Oliveira.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação do requerimento.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Votaram 24 Srs. Deputados. Todos votaram "sim". — **Aprovado o requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, já aprovado, solicitando uma Comissão de Deputados, para representarem esta Assembleia na cidade de Londrina. A Mesa designa os Srs. Deputados Antônio Belinati e Wilson Brandão, para comporem a Comissão, para comparecerem àquela solenidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: — dos Projetos de Lei n.ºs 128-70 — 153-70 — 215-70 — 260-70 — 11-71 — 24-71 — 39-71 — 31-71 — 93-71.

Levanta-se a sessão.